

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

**Despacho n.º 2885/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 20 de Junho de 2005, foram mantidos, respectivamente, nas funções de vogal do conselho de administração e de presidente da comissão de fiscalização do CITEVE — Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário, em representação do IAPMEI, os Drs. António Fortes Calado e João Alberto Carvalho Fernandes, para o triénio de 2005-2007.

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 13.º dos Estatutos do CITEVE, na sua última redacção publicada no *Diário da República*, 3.ª série, de 7 de Junho de 1996, cumpre rectificar a menção feita ao triénio.

Assim, os elementos acima identificados mantêm-se nas referidas funções, em representação do IAPMEI, para o triénio de 2005-2008.

20 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 1355/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do director regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, são nomeados, precedendo concurso, técnicos profissionais principais, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado nos termos do mapa anexo III de Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho, os técnicos profissionais de 1.ª classe da carreira técnico-profissional João Manuel Bento Completo, Celeste Maria Rosa Vitorino, Rogério Paulo Henriques de Matos Martins, Rui Jorge de Almeida e Sá, João Paulo Correia Ramos de Oliveira, Ana Cristina Meireles Teixeira Rodrigues, Maria do Céu Lacerda Sotta Barroso, Maria Cristina Gourinho de Oliveira Mateus, Maria Isabel Viseu Castro Cândido Curto, Elisabete de Fátima Freitas Ferreira e Maria Isabel Galdes Sobreiro, do mesmo quadro de pessoal, ficando os 1.º, 2.º e 4.º classificados posicionados no escalão 2, índice 249, os 3.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º no escalão 1, índice 238.º, e os 11.º, 12.º e 13.º no escalão 5, índice 295, considerando-se exonerados dos lugares anteriores com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria. O candidato classificado em 3.º lugar mantém o regime de requisição em que se encontra. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Janeiro de 2006. — Pelo Secretário-Geral, o Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

**Aviso n.º 1356/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 13 de Janeiro de 2006 do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2006, ao técnico profissional especialista do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Concorrência e Preços João Artur Baptista Penha. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2006. — Pelo Secretário-Geral, o Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

### Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

**Despacho (extracto) n.º 2886/2006 (2.ª série).** — Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, foi criada a Direcção de Serviços Gerais, a qual compete ser dirigida por um dirigente intermédio de 1.º grau, mostrando-se vago o respectivo cargo.

Após análise curricular, verificou-se que a funcionária Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar a coordenação da respectiva unidade orgânica, e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de director de serviços

Gerais a licenciada em Finanças Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira.

A nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

18 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

### Curriculum vitae

#### Dados pessoais

Nome — Isabel Maria Laranjeira Simões Silva Cordeiro Ferreira.

Naturalidade — Lisboa.

Identificação — bilhete de identidade n.º 2169173, emitido em 16 de

Fevereiro de 1996, pelo arquivo de Lisboa.

Data de nascimento — 22 de Janeiro de 1953.

#### Formação académica

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Pós-graduação em Planeamento e Métodos Matemáticos.

#### Formação profissional

Seminário de alta-direcção.

Controlo financeiro e auditorias na área financeira e de recursos humanos.

Gestão da Administração Pública: gestão da mudança; nova gestão pública.

Sistemas de controlo interno, controlo financeiro do Tribunal de Contas, SIADAP.

Área de instituições comunitárias: instituições e políticas comunitárias; PAC, consequências sobre a economia portuguesa do processo de integração.

Formação de monitores no POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública.

#### Quadro de origem

Assessora principal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

#### Actividade profissional

Directora de serviços de Administração, em regime de substituição, da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, desde 1 de Junho de 2001, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura de 23 de Maio de 2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 8 de Junho de 2001.

De 23 de Junho a 31 de Dezembro de 2005 — nomeada subdirectora-geral da DGFCQA, com competências, delegadas pelo Secretário de Estado, de director-geral.

De 1 de Junho de 2001 a 22 de Junho de 2005 — directora de serviços de Administração da DGFCQA, coordenando as áreas de recursos humanos e informática, gestão financeira e controlo orçamental e repartição de administração geral.

De 1 de Junho de 1997 a 31 de Maio de 2001 — chefe da Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste.

De Janeiro a Maio de 1997 — funções de técnico superior principal na Secretaria-Geral do MADRP, integrada na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental.

De Agosto de 1989 a Janeiro de 1997 — técnica superior da Direcção-Geral das Florestas, integrada na Divisão de Estudos — coordenadora do inquérito aos chefes da empresa de indústrias de produtos florestais.

Janeiro de 1994 — nomeada representante do Instituto Florestal na Comissão de Planeamento da Agricultura, Pescas e Alimentação de Emergência.

De Dezembro de 1987 a Agosto de 1989 — requisitada no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, afecta à Direcção de Serviços de Planeamento.

De Julho de 1983 a Dezembro de 1987 — técnica superior do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, integrada na Divisão de Avaliação e Indemnizações e posteriormente no Sector de Cortiças.

Junho de 1982 — desempenhou funções de assessoria técnica, em regime de destacamento, na Secretaria de Estado de Estruturação Agrária.

Setembro de 1981 — nomeada, por despacho do Secretário de Estado de Estruturação Agrária, representante do IGEF no grupo de trabalho destinado a analisar a viabilidade técnica e económica de todas as UCP e cooperativas na área da DRA do Alentejo.

Janeiro de 1981 — destacada como assessora no Gabinete do Secretário de Estado da Produção.

Agosto de 1980 — destacada em funções de assessoria técnica na Secretaria de Estado de Estruturação Agrária.

Janeiro de 1978 — integrada no quadro do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária na Divisão de Avaliação e Indemnizações.

Dezembro de 1976 — começou a sua carreira na Administração Pública, como técnica superior de 3.ª classe, no Centro Regional de Reforma Agrária de Lisboa, tendo sido de imediato destacada para a Secretaria de Estado de Estruturação Agrária, com funções de assessoria técnica.

**Despacho (extracto) n.º 2887/2006 (2.ª série).** — Nos termos do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, cessam, com a entrada em vigor deste diploma, as comissões de serviço de todos os dirigentes dos organismos extintos.

Tendo em conta que se mostra imprescindível continuar a assegurar a coordenação e gestão de determinados serviços e funções que transitaram dos organismos extintos pelo citado diploma, mantenho, ao abrigo da faculdade que me confere o n.º 2 do artigo 45.º do aludido normativo legal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, em regime de gestão corrente, até à nomeação de novos titulares, as seguintes dirigentes de nível intermédio:

Dr.ª Maria Filomena Correia Sardinha Potes — directora do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da ex-DGFCQA.

Dr.ª Maria Helena do Carmo Sanches directora de serviços de Planeamento e Controlo Operacional da ex-IGAE.

Engenheira Maria Fernanda Monteiro Pombo Ramalho — directora de serviços do Laboratório Central de Qualidade Alimentar da ex-DGFCQA.

Dr.ª Ana Maria Branca de Miranda de Sousa Rêgo — directora de Comunicação de Riscos da ex-APSA.

Dr.ª Maria João Campos Seabra Pinto — chefe da Divisão de Informação e Expediente Geral da ex-IGAE.

Dr.ª Elisabete Maria Moreira Lopes de Avelar — chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Informática da ex-DGFCQA.

Dr.ª Maria Cecília Ramalho Marreiros — chefe da Divisão de Gestão Financeira de Controlo Orçamental da ex-DGFCQA.

Dr.ª Natércia Gomes de Sousa — chefe da Divisão de Planeamento e Controlo Operacional das Práticas Comerciais da ex-IGAE.

Engenheira Lígia Valência Piedade Mota Lopes Fernandes — chefe da Divisão do Valor Físico e Tecnológico da ex-DGFCQA.

Engenheira Maria Elvira Palhares Sá Esteves — chefe da Divisão de Géneros Alimentícios Comuns, Aditivos e Contaminantes da ex-DGFCQA.

Dr.ª Margarida Maria Marques Nogueira Araújo Blanc de Sousa — chefe da Divisão de Microbiologia da ex-DGFCQA.

Engenheira Maria Madre Deus Pimenta Reynolds Sousa — chefe da Divisão de Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal da ex-DGFCQA.

18 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

**Despacho (extracto) n.º 2888/2006 (2.ª série).** — Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, foi criada a Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional, a qual compete ser dirigida por um dirigente intermédio do 1.º grau, mostrando-se vago o respectivo cargo.

Após análise curricular, verificou-se que o funcionário Pedro de Matos Cortes Picciochi, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de director de serviços de Planeamento e Controlo Operacional o licenciado em Direito Pedro de Matos Cortes Picciochi.

A nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

18 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

### Curriculum vitae

#### Dados pessoais

Nome — Pedro de Matos Cortes Picciochi.  
Naturalidade — Lisboa.

Data de nascimento — 8 de Dezembro de 1957.

Bilhete de identidade n.º 4984079, emitido em 4 de Novembro de 2004, pelo arquivo de Lisboa.

#### Formação académica

Licenciado em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa. Curso de regentes agrícolas da Escola de Regentes Agrícolas de Évora.

#### Formação profissional

Seminário de alta-direcção.

Código do Procedimento Administrativo.

Aperfeiçoamento em processo penal e metodologias de investigação e fiscalização.

Autocontrolo, asseio e higiene dos alimentos — auditorias de HACCP. Planeamento civil de emergência 99.

Gestão de conflitos.

Metodologia e organização do controlo de frutas e legumes no mercado interior.

2.º curso de direito do ambiente.

#### Carreira na Administração Pública

De Dezembro de 2004 a Janeiro de 2006 — vogal do conselho directivo da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar.

De Maio de 2002 a Dezembro de 2004 — director regional do Sul da Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

De Abril de 1997 a Maio de 2002 — chefe de divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.

De Janeiro de 1993 a Abril de 1997 — técnico superior no Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar.

De Março de 1988 a Janeiro de 1993 — engenheiro técnico agrário no Instituto de Qualidade Alimentar.

De Março de 1983 a Março de 1988 — colocado como engenheiro técnico agrário no Instituto Geográfico e Cadastral.

Desde Maio de 2000 que detém a categoria de inspector principal da carreira de inspeção superior da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Direcção-Geral de Protecção das Culturas

**Despacho n.º 2889/2006 (2.ª série).** — Considerando que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 144/2005, de 26 de Agosto, que regula a produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, se prevê que a Direcção-Geral de Protecção das Culturas (DGPC) possa autorizar o exercício de funções de inspector de campo de semente, de técnico de amostragem de semente e de analista de sementes, para, sob supervisão oficial, realizarem actividades conducentes à certificação de sementes;

Considerando que as autorizações a conceder dependem da participação em acções de formação realizadas pela DGPC, as quais integram, por vezes, formação por parte dos inspectores de qualidade de semente das direcções regionais de agricultura (DRA);

Considerando, por outro lado, que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro, que regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico, se prevê que os agricultores que pretendam cultivar aquelas variedades devem participar em acções de formação promovidas pelas organizações de agricultores e ou pelos produtores e acondicionadores de semente;

Considerando que os formadores destas acções devem, por sua vez, ter participado numa acção, realizada pela DGPC, de formação de formadores sobre coexistência entre culturas geneticamente modificadas e outros modos de produção;

Considerando os custos administrativos, técnicos e logísticos inerentes aos serviços prestados na realização dessas acções de formação:

Assim, ao abrigo da alínea f) do n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a aprovação das seguintes tabelas de preços a pagar à DGPC pelos respectivos serviços prestados, com os valores e os condicionamentos a seguir descritos: